



14º FÓRUM DA INTERNET NO BRASIL - CURITIBA (PR)
Relatório Final - Workshop

TÍTULO: Tecnologias Digitais, Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal: entre narrativas, disputas políticas e futuros possíveis.

TEMAS: DINC – Grupos excluídos e minoritários, DINC – Viés de algoritmos, PRIS – Capitalismo de vigilância

I. PROPONENTE:

- Proponente: Lucas Andrade - SEPOL/RJ - Governamental

II. PALESTRANTES:

1. Horrara Moreira
Setor: Terceiro Setor
Organização: Tire Meu Rosto da Sua Mira
Advogada popular e pesquisadora. Mestranda no Programa de pós graduação em Direito da Regulação da Fundação Getúlio Vargas. Bacharel em direito pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Pesquisadora na Associação Data Privacy Brasil de Pesquisa e assistente executiva na Advocacy Hub. Membro do Conselho Municipal de Proteção de Dados do Rio de Janeiro e do Coletivo Aqualtune Lab. Ex coordenadora da Campanha Tire Meu Rosto da Sua Mira.
2. Lucas Andrade
Setor: Governamental
Organização: SEPOL/RJ
Encarregado de proteção de dados pessoais na SEPOL/RJ. DPO pela Exin. Master of Laws em Direito, Inovação e Tecnologia pela FGV. Coordenador do Comitê de Segurança Pública e Persecução Penal da GovDADOS. Colaborador externo da Comissão de Proteção de Dados Pessoais da OAB-RJ/Barra da Tijuca.
3. Cláudio Lucena
Setor: Comunidade Técnica e Científica
Organização: UEPB

Professor e Conselheiro da INOVATEC, agência de inovação da Universidade Estadual da Paraíba. Membro da 1ª Composição do Conselho Nacional de Proteção de Dados (2021/2023) e da Câmara de Segurança e Direitos na Internet do Comitê Gestor da Internet no Brasil. Cientista da computação e advogado licenciado do Brasil e em Portugal. Baseado no nordeste mas com atuação global, trabalha há mais de 20 anos em projetos, capacitação, conscientização e divulgação de cultura, transformação, regulação e governança do ecossistema digital junto ao setor público e à iniciativa privada. Tem ocupado espaços nacionais e internacionais de debate importantes no segmento, como o BID Lab, Fórum de Governança da Internet das Nações Unidas, ICANN, Internet Society, Universidades, Think Tanks e Escolas de Governança da Internet

4. Juliana kryssia Lopes Maia

Setor: Empresarial

Organização: Juliana Maia Sociedade De Advogados

Doutoranda em Direito pela Universidade Veiga de Almeida. Mestre em Direito pela Universidade salesiana. Especialista em direito civil e processo pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em Direito Administrativo pela Escola da Magistratura do Estado do Rio de Janeiro (EMERJ). Especialista em Direito Penal pela Universidade Cândido Mendes. Especialista em cadeia de custódia da prova.

III. RELATORIA E MODERAÇÃO:

1. Relatoria: Gedeão França

Setor: Comunidade Técnica e Científica

Organização: IDP

Advogado, Young Leader 2022, Forbes BLK Member, pós-graduado em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Maurício de Nassau e pós-graduando em Direito Digital e Proteção de Dados pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP). Community Manager Pleno da Data Privacy Brasil. Pesquisador e Assistente de Pesquisa no Centro de Direito, Internet e Sociedade do IDP (CEDIS).

2. Moderação: Paula Guedes

Setor: Comunidade Técnica e Científica

Organização: NÚCLEO LEGALITE (PUC-RJ)

Advogada. Doutoranda em Direito pela Universidade Católica Portuguesa – Centro Regional do Porto e Mestre em Direito Internacional e Europeu pela mesma instituição; especialista em Direito Digital pelo ITS-Rio em parceria com a UERJ; pós-graduada em Direito Digital pela Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP). Pesquisadora de Direito e Tecnologia do Legalite PUC-Rio. Pesquisadora de Inteligência Artificial e Direito da Católica Research Centre for the Future of Law (CEID). Certificada como IA Policy Specialist pelo Center for AI and Digital Policy.

IV. ESTRUTURAÇÃO DO WORKSHOP

★ Objetivos Propostos:

O debate trazido neste workshop tem como objetivos principais criar um diálogo multissetorial que aborde:

- Analisar os riscos e desafios na implementação de tecnologias digitais na área de segurança pública e sistema de justiça criminal, e quais as tecnologias que estão sendo implementadas;
- Entender os diferentes discursos e narrativas dos atores sociais envolvidos na implementação dessas tecnologias;
- Debater as diferentes perspectivas institucionais e setoriais para compreender as disputas políticas envolvidas, como forma de fomentar ações futuras que considerem as perspectivas e críticas apontadas.

O workshop em questão desempenha um papel vital ao promover um diálogo multissetorial que aborda três objetivos fundamentais. Primeiramente, explora os desafios e riscos associados à implementação de tecnologias digitais na área de segurança pública e no sistema de justiça criminal, enquanto examina as tecnologias que já estão em uso. Em segundo lugar, analisa as diversas perspectivas e narrativas dos atores sociais envolvidos nesse processo de implementação. Por fim, debateremos as diferentes perspectivas institucionais e setoriais, visando compreender as complexas disputas políticas envolvidas. O propósito fundamental da iniciativa é estimular ações futuras que levem em conta as diversas perspectivas e críticas apresentadas, fortalecendo, assim, a tomada de decisões informadas e colaborativas.

★ Resultados Propostos:

Ao criar um espaço para o diálogo, a reflexão e o debate informado, capacitamos os participantes a desenvolver políticas e estratégias mais eficazes, inclusivas e seguras. Construiremos, a partir de iniciativas como esta, uma sociedade mais consciente das implicações das tecnologias em sua vida cotidiana, construindo um ambiente mais seguro e justo para todos os cidadãos. À medida que essas tecnologias se tornam mais integradas em nossas vidas, compreender suas implicações em termos de privacidade, vigilância e potenciais abusos é crucial para proteger os direitos individuais. Nada obstante, entender como diferentes grupos percebem e moldam essas mudanças é essencial para a construção de políticas públicas e estratégias que levem em consideração uma variedade de perspectivas. O resultado pretendido, nesse cenário, é o aprimoramento da tomada de decisões em relação à implementação de tecnologias digitais na segurança pública e no sistema de justiça criminal.

★ Justificativa em Relação à Governança da Internet:

Este workshop é altamente relevante devido às contínuas disputas políticas e sociais em torno da adoção de tecnologias digitais na segurança pública. Tais tecnologias têm um papel crescentemente vital na aplicação da lei e na justiça criminal, mas sua implementação gera questões complexas.

A segurança pública é um pilar fundamental da sociedade, porém, a utilização de ferramentas digitais, como sistemas de vigilância, reconhecimento facial e análise de dados, levanta preocupações sobre privacidade e potencial para abusos. Além disso, diferentes instituições do sistema de justiça criminal competem pelo controle dessas tecnologias, o que pode impactar a equidade e transparência do sistema.

Este workshop busca abordar essas questões por meio de um debate multissetorial, envolvendo especialistas em tecnologia, governo, defensores dos direitos civis e acadêmicos. O objetivo é analisar as implicações políticas dessas tecnologias e os riscos associados à sua adoção, traçando caminhos para uma utilização mais segura e equitativa. Isso é essencial para garantir que a tecnologia promova sociedades seguras e justas, em vez de ameaçar direitos individuais e privacidade. Também considera a importância da governança da internet, garantindo a regulamentação adequada para evitar abusos e assegurar as garantias e direitos fundamentais.

Em resumo, este painel sobre disputas políticas na adoção de tecnologias digitais na segurança pública é relevante para promover um debate informado e inclusivo que moldará o futuro das políticas digitais públicas e da governança da internet.

★ Metodologia e Formas de Participação Desenvolvidas Durante a Atividade:

O sucesso do workshop depende do engajamento da audiência presencial e remota, com 31 minutos exclusivos para interação. A moderadora controlará e apresentará as contribuições. Buscamos engajar a audiência presencial e remota através da contribuição por meio de interações presenciais ou escritas. A participação se dará por meio da transmissão virtual ou do manejo dentro do espaço físico, permitindo que a interação aconteça entre os palestrantes e a comunidade, tanto por meio do microfone presencial quanto pelo chat da transmissão.

V. SÍNTESE DOS DEBATES

Horrara Moreira, destacou a importância de utilizar sua profissão para defender causas acessíveis e populares. No debate, ela enfatizou as questões relacionadas ao uso de tecnologias de reconhecimento facial na segurança pública. Horrara apontou que essas tecnologias classificam pessoas com base em características corporais, o que pode levar a discriminações, especialmente contra pessoas negras e racializadas. Ela questionou a necessidade de legislações específicas sobre reconhecimento facial, dado que a Constituição Federal já estabelece a igualdade perante a lei e a não discriminação. Horrara também citou o livro "Jacobinos

Negros" de C.L.R. James para contextualizar a persistência das desigualdades e a importância de uma abordagem crítica do direito e da raça nas discussões sobre tecnologia e segurança pública.

Cláudio Lucena, abordou a importância do diálogo multissetorial para resolver problemas complexos de segurança pública e tecnologia. Ele destacou a necessidade de incluir vozes historicamente marginalizadas e de fomentar um diálogo efetivo entre diferentes stakeholders. Cláudio lembrou sua experiência em Portugal, onde observou o impacto positivo de diálogos entre setores diversos, como segurança pública e proteção da privacidade. Ele defendeu que soluções eficazes surgem dos conflitos e diálogos entre perspectivas distintas, enfatizando a necessidade de colaboração para construir uma sociedade digital mais justa e eficiente.

Juliana Maia, focou sua apresentação nas Bodycams utilizadas pela polícia. Ela destacou os problemas atuais relacionados à cadeia de custódia das imagens capturadas por essas câmeras, mencionando a falta de acesso às imagens e as irregularidades na documentação cronológica dessas provas. Juliana explicou que a legislação brasileira, como o artigo 158-A do Código de Processo Penal, já prevê a necessidade de uma cadeia de custódia para as provas, mas essas normas não estão sendo seguidas adequadamente. Ela criticou a dependência de tecnologias estrangeiras que não cumprem as normas técnicas brasileiras, apontando que isso prejudica principalmente as populações mais vulneráveis, que não têm acesso fácil a peritos e advogados especializados.

Lucas Andrade, discutiu a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) às atividades de segurança pública e persecução penal. Ele argumentou que a LGPD deve ser aplicada de forma mitigada, com base na finalidade exclusiva do tratamento de dados. Lucas destacou a importância de implementar um framework de adequação à LGPD para garantir a segurança jurídica tanto para os cidadãos quanto para os policiais. Ele defendeu que essa implementação pode aumentar a eficiência das atividades de segurança pública e persecução penal, proporcionando uma gestão mais robusta da cadeia de custódia de evidências digitais e repensando modelos de produtividade nessas áreas.

TIPO DE MANIFESTAÇÃO	CONTEÚDO	CONSENSO OU DISSENSO	PONTOS A APROFUNDAR
Importância da Proteção de Dados	Reconhecimento da importância de proteger dados pessoais, mesmo na segurança pública.	Consenso	-

Necessidade de Legislação Específica	Reconhecimento da necessidade de legislação específica para tratamento de dados na segurança pública.	Consenso	-
Diálogo e Colaboração	Importância do diálogo entre diferentes setores para desenvolver políticas equilibradas.	Consenso	-
Modelo de Regulação	Discordância sobre o modelo ideal de regulação para tratamento de dados em segurança pública.	Dissenso	Harmonização legislativa, impacto das tecnologias emergentes.
Interpretação Judicial	Discordância sobre a interpretação judicial dos princípios de proteção de dados.	Dissenso	Governança e transparência, capacitação institucional.
Harmonização Legislativa	Necessidade de harmonizar legislações nacionais e internacionais de proteção de dados.	Consenso	Impacto das tecnologias emergentes.
Impacto das Tecnologias Emergentes	Exploração do impacto ético e legal de tecnologias como sistemas autônomos e reconhecimento facial.	Consenso	Governança e transparência, aceitação/regulação de tecnologias emergentes.
Governança e Transparência	Melhores práticas de governança e transparência no uso de dados em segurança pública.	Consenso	Impacto das tecnologias emergentes, capacitação institucional.
Capacitação Institucional	Exemplos de capacitação e boas práticas na gestão de dados dentro das instituições brasileiras.	Consenso	Governança e transparência, impacto das tecnologias emergentes.

Os palestrantes envolvem o público em um diálogo sobre tecnologia, segurança e justiça criminal. Os tópicos discutidos incluem a importância das imagens de Boracay em um caso nacional, a eficiência da Polícia Militar Brasileira como modelo de segurança pública e a necessidade de mais legislação em matéria de proteção de dados. Frente às perguntas abaixo:

Pergunta do público

Pergunta online - Ariel Moreira Silva	Qual o caso nacional mais relevante a ser citado onde as imagens do bodycams foram cruciais na defesa processual de vítimas de intervenção policial?
Pergunta presencial - Tarcisio Silva	Pensando efetivamente em segurança pública e a interferência de tecnologias hoje, é compatível segurança pública e polícia militar ou deveria simplesmente repensarmos ou até acabar com a polícia militar?
Pergunta presencial -	Temos a exceção da LGPD quanto segurança pública e atividade de persecução penal, mas no Brasil a gente também tem o anteprojeto da LGPD Penal e o projeto de lei 1515/2022 . Gostaria de saber qual a opinião de vocês sobre ter mais legislação sobre isso se a gente precisa disso se a gente já não tem um arcabouço técnico e jurídico suficiente.

Os palestrantes enfatizaram a importância de regulamentações específicas para a construção de estruturas seguras e incentivam a participação em discussões sobre tecnologias digitais e suas implicações jurídicas.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O workshop "Tecnologias Digitais, Segurança Pública e Sistema de Justiça Criminal: entre narrativas, disputas políticas e futuros possíveis." considerou os debates intensos e variados sobre tecnologia, segurança pública e direitos individuais, os palestrantes demonstraram uma convergência significativa na necessidade de regulamentações específicas para proteger os dados pessoais e garantir a justiça nas práticas de segurança. Embora haja consenso na importância da proteção de dados e do diálogo multissetorial, divergências surgem na interpretação judicial dos princípios de proteção de dados e na necessidade de mais legislação específica. O workshop demonstrou que exige não apenas a harmonização legislativa, mas também um aprofundamento contínuo nas políticas de governança e transparência para lidar com tecnologias emergentes. Esses debates sublinham a urgência de uma abordagem equilibrada que considere tanto a eficácia das políticas de segurança quanto a proteção dos direitos individuais.

É válido uma menção honrosa a Luísa Dutra e Lucas Andrade que idealizaram e organizaram o workshop para termos um diálogo multissetorial. Por fim, agradecemos à organização, ao CGI.br/NIC.br, aos integrantes e palestrantes, aos participantes presenciais e remotos.